



I REPONTA DAS MARES E DAS ÁGUAS

22 a 26 de maio de 2023

Brasília - DF



CARTA DE BRASÍLIA

Entre os dias 23 e 25 de maio de 2023 reunimos em Brasília – DF extrativistas costeiros marinhos, abrangendo os territórios/maretórios de 16 estados, do Amapá ao Rio Grande do Sul, com o objetivo de discutir nossa realidade e construir estratégias políticas e institucionais no sentido de garantir nossas pautas para avançar nas políticas de proteção e fortalecimento de nossos territórios/maretórios e de nossos modos de vida. Durante três dias, nós, **guardiões da sociobiodiversidade costeiro e marinha**, dialogamos internamente, com movimentos sociais parceiros e representantes do governo brasileiro. Neste processo, formulamos um conjunto de questões estratégicas que passamos a apresentar ao governo brasileiro e à sociedade como um todo:

1 – Defesa da democracia – Em um período em que o fantasma do autoritarismo ameaça democracias ao redor do mundo, nas eleições de 2022 fomos às ruas para enfrentar a onda fascista e garantir a eleição do Presidente Lula. Na conjuntura do pós-golpe fracassado de oito de janeiro, em que a ultradireita e o desmoronamento moral do Congresso ameaçam a implementação do plano de governo aprovado nas urnas, reafirmamos nosso compromisso com a defesa da democracia e nos manteremos vigilantes para novamente irmos às ruas, se preciso for, e seguir nas lutas em nossas comunidades.

2 – Defesa e fortalecimento das políticas de sociais e de meio ambiente – Como guardiões da sociobiodiversidade costeiro marinha, estamos atentos às manobras que visam enfraquecer as conquistas decorrentes do projeto aprovado nas urnas em 2022. Neste sentido, lutaremos pela garantia e fortalecimento dos direitos sociais conquistados pela luta do povo brasileiro e estaremos vigilantes para denunciar qualquer tentativa de impor algum retrocesso no marco regulatório das políticas ambientais. Atuaremos ainda no sentido de garantir o fortalecimento institucional dos órgãos encarregados pela implementação da política de meio ambiente.

3 – Retomada da criação de novas reservas extrativistas costeiro e marinhas – A experiência exitosa das RESEXs costeiro marinhas, como política de proteção territorial, conservação da biodiversidade e melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais costeiro marinhas, tornou-se uma esperança para comunidades extrativistas ao longo da costa brasileira, gerando dezenas de pedidos de criação de novas RESEX. Com o golpe de 2016, associado ao período de trevas inaugurado em 2019, este processo foi interrompido. Neste sentido, solicitamos a imediata retomada nestes processos, agilizando a criação das dezenas de reservas extrativistas costeiro marinhas que estão com seus processos parados no governo, com especial atenção aos processos de criação listados abaixo.



I REPONTA DAS MARES E DAS ÁGUAS



22 a 26 de maio de 2023

Brasília - DF

1. Resex Tauá-Mirim (MA)
2. Resex Filhos do Mangue (PA)
3. Resex Viriandeua (PA)
4. Resex Itacaré (BA)
5. Resex Cabo Farol de Santa Marta (SC)
6. Resex Imbituba Garopaba (SC)
7. Resex Cabralzinho (AP)
8. Resex Tatajuba (CE)
9. Resex Porto Rico (MA)
10. Resex Sirinhaem (PE)
11. Resex Rio Formoso (PE)
12. Ampliação da Resex Caete Taperaçu (PA)
13. Ampliação da Resex Delta do Parnaíba (MA/PI)
14. Ampliação da Resex Chocoré Mato Grosso (PA)

4 – Regularização fundiária em nossas reservas extrativistas – Assim como os processos de criação de novas unidades foram amordaçados, os processos de regularização fundiária em algumas reservas estão travados. Neste sentido, reivindicamos a imediata retomada destas ações, resolvendo as questões fundiárias, fazendo entrega de nossas CCDRUs e criando condições objetivas para o desenvolvimento de alguns projetos planejados pelas comunidades.

5 – Qualificação e fortalecimento da gestão nas unidades de conservação – Em meio ao desmonte das políticas ambientais, a gestão das reservas extrativistas costeiras marinhas não passou ilesa. Ausência de servidores e estagnação dos processos de gestão participativa são alguns dos exemplos do que a nefasta política do “passa a boiada” causou nas Unidades de Conservação. Neste sentido, além da contratação de servidores para trabalhar na co-gestão das unidades, é urgente que sejam retomados e qualificados os processos de apoio a identificação dos beneficiários, cadastramento de beneficiários, implantação dos conselhos deliberativos e construção dos planos de manejo, respeitando as oitavas previstas na Convenção 169/OIT.

6 – Integração de políticas públicas de meio ambiente e sistemas produtivos extrativistas costeiros marinhos – Com a retomada do Brasil na agenda ambiental global, abre-se um novo momento de oportunidades no que tange às políticas ambientais. Neste sentido, como protetores da sociobiodiversidade costeira e marinha, compreendemos ser de extrema e urgente importância que o governo Lula busque formular ou ajustar algumas políticas ambientais, de forma que elas se integrem aos sistemas produtivos costeiros marinhos, no sentido de fortalecer a sociobiodiversidade presente em nossos territórios. Fortalecer nossos sistemas produtivos é uma excelente opção para o governo Lula garantir a conservação da sociobiodiversidade costeira e marinha! Assim, questões como infraestrutura de beneficiamento e comercialização, mercados institucionais e certificação de origem, entre outras, devem ser consideradas



I REPONTA DAS MARES E DAS ÁGUAS



22 a 26 de maio de 2023

Brasília - DF

como parte das estratégias de gestão e conservação da biodiversidade em nossos territórios.

7 – Desenvolvimento de projetos especiais para o fortalecimento comunitário – Ao longo de nossa caminhada acumulamos experiência como atores estratégicos na implementação de projetos especiais que visam o fortalecimento comunitário em nossos territórios. A partir desta experiência, identificamos avanços, desafios e necessidade de ampliar essas experiências para outros projetos e territórios. Neste sentido, reivindicamos uma agenda de diálogo com o governo para que possamos elaborar estratégias de execução destes projetos, considerando o componente de integração com as comunidades.

8 – Mudanças climáticas – No contexto das mudanças climáticas e seus impactos sobre nossos territórios, compreendemos que é fundamental que as reservas extrativistas e comunidades tradicionais costeiras marinhas estejam contempladas na estratégia geral na nova estrutura do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Neste sentido, reivindicamos a criação de um processo de diálogo com vistas a mapear os impactos causados por estas mudanças em nossos territórios, bem como formular estratégias de apoio às comunidades para o enfrentamento de tais impactos.

9 – Impactos de grandes projetos econômicos – Ao longo das últimas décadas, as comunidades tradicionais da zona costeira brasileira vêm sofrendo com os impactos causados pela implantação de grandes projetos econômicos. Projetos ligados ao turismo de massa, à infraestrutura logística, à exploração de petróleo e gás, à aquicultura empresarial e à geração de energia estão entre os grandes causadores de impactos negativos que ameaçam o modo de vida em nossas comunidades. Além dos impactos que já sofremos atualmente, novas ameaças se apresentam, como os projetos de geração de energia eólica offshore e nearshore, a ameaça a exploração de petróleo na foz do Amazonas, no litoral de Alagoas e Sergipe, Bacia Maranhão/Pará, bem como a ameaça a cessão das águas públicas, de nossos territórios/maritórios, para iniciativa privada. Neste sentido é urgente que se avance no zoneamento espacial marinho, identificando os territórios tradicionais extrativistas costeiros e marinhos e excluindo sumariamente estes territórios do leque de possibilidades para a implantação de tais projetos.

10 – Garantia de direitos e fortalecimento das comunidades extrativistas costeiras e marinha – No contexto da incorporação da agenda neoliberal pelo Estado brasileiro, juntamente com o desmonte das políticas públicas, direitos fundamentais daqueles que vivem nas comunidades pesqueiras tradicionais passaram a ser ameaçados, gerando sofrimento ao nosso povo. Assim, exigimos que o governo pare imediatamente com a violação de nossos direitos no que se refere à política pesqueira! Exigimos que seja resolvido o conflito entre seguro desemprego da pesca artesanal e o bolsa família; Cobramos que sejam resolvidos os problemas relacionados ao Registro Geral da Pesca – RGP; Cobramos a construção de processos de gestão efetivamente compartilhada, que



I REPONTA DAS MARÉS E DAS ÁGUAS



22 a 26 de maio de 2023

Brasília - DF

reconheça o conhecimento ecológico tradicional; queremos uma política previdenciária que valorize o cidadão; cobramos ainda que o governo apresente uma política objetiva e transparente para questões como crédito, assistência técnica e extensão pesqueira, infraestrutura comunitária, comercialização, habitação, proteção dos territórios, saúde e segurança ocupacional na pesca, garantia dos direitos das mulheres e jovens, entre outros. Da mesma forma, no que se refere à gestão dos recursos pesqueiros, é primordial que o país passe a cumprir a convenção 169, da qual é signatário, e comesse a incorporar nos processos de licenciamento ambiental a consulta livre, prévia e informada às comunidades. No mesmo nível de importância, compreendemos que é urgente a revisão da atual lei 11.959/2009, reformulando a atual política pesqueira e estabelecendo regras claras sobre a execução de tal política.

11 – Rede Nacional de Mulheres da CONFREM – Nosso acúmulo e protagonismo no debate relacionado aos direitos das extrativistas costeiras e marinhas nos permite tratar este tema com autoridade. Fruto do acúmulo de nossas companheiras, durante esta Reponta das Marés e das Águas foi criada a Rede Nacional de Mulheres da CONFREM, uma organização que atuará vigilante e forte no sentido de discutir e formular questões para a garantia dos direitos das mulheres extrativistas costeiras marinhas. Ao mesmo tempo em que comemoramos a criação da Rede, nos manifestamos no sentido de lutar contra todas as formas de violações de direitos das mulheres em geral.

12 – Políticas para a juventude – Compreendemos o papel estratégico da juventude para o fortalecimento social, econômico e cultural de nossas comunidades. Assim, é fundamental que o governo formule políticas públicas eficazes no atendimento das demandas da juventude das comunidades extrativistas costeiras marinhas. Neste sentido, emergem temas ligados à educação – escolas pensadas no contexto das águas, formação e capacitação de jovens, política inclusiva de acesso e permanência no ensino superior; à participação dos jovens nos conselhos gestores das unidades de conservação; à garantia de espaços de trabalho para os jovens na formulação e implementação das políticas públicas destinadas ao extrativismo costeiro marinho.

13 – Participação do MMA na resolução de conflitos de sobreposição com unidades de conservação de proteção integral estadual – Como órgão responsável da implantação do SISNAMA, é fundamental que o MMA passe a atuar efetivamente na busca de soluções para sobreposição de unidades de conservação estadual de proteção integral e nossos territórios de extrativistas costeiros e marinho, garantindo nossos direitos, e tendo como referência o parecer 00175/2021/CPAR/PFE-ICMBIO/PGF/AGU, válido para a situação das unidades de conservação federal.

14 – Garantia implementação das ações de resolução de conflitos nas unidades de conservação de proteção integral federal – Nos casos de sobreposição das unidades de conservação de proteção integral federal em nossos territórios (Parecer 00175/2021/CPAR/PFE-ICMBIO/PGF/AGU), é fundamental garantir imediato despacho dos processos que já estão em estágio avançado (Exemplo: Processo SEI



I REPONTA DAS MARÉS E DAS ÁGUAS



22 a 26 de maio de 2023

Brasília - DF

02126.003545/2017-33) e estabelecendo agenda onde possamos juntos buscar acelerar os trâmites.

15 – Campanha de defesa da Política de Pesca Sustentável no Rio Grande do Sul – A CONFREM foi um dos diversos movimentos sociais que participaram do processo de discussão e elaboração da lei que criou a política de desenvolvimento sustentável da pesca no estado do Rio Grande do Sul. Esta lei, pelo simples afastamento do arrasto para fora das 12 milhas, criou uma vasta área de proteção do ecossistema costeiro, trazendo novamente o pescado para as redes da pesca artesanal, garantindo assim a soberania alimentar de milhares de famílias. Contudo, esta lei tem sido sistematicamente atacada por aqueles que representam os interesses de uma pesca que não se preocupa com a sustentabilidade dos recursos pesqueiros. Neste sentido, a I Reponta das Marés e das Águas lança uma campanha nacional de defesa da lei estadual do Rio Grande do Sul, a qual ficará à cargo da CONFREM conduzir.

Por fim, compreendemos a luta social, e a vida, como um processo dinâmico. Certamente sabemos que estes pontos não encerram o debate acerca dos desafios postos para o extrativismo costeiro marinho brasileiro. Assim, compreendemos estes pontos como parte da continuidade de nossa luta e como início de um processo de relacionamento do novo governo com o extrativismo costeiro marinho. Convidamos todos os técnicos, gestores, políticos e sociedade em geral a se somarem na nossa luta pela conservação da sociobiodiversidade costeiro marinha.

Brasília, 25 de maio de 2023.

I REPONTA DAS MARÉS E DAS ÁGUAS